

mercado

De 10 medidas de Guedes, 9 dependem do Congresso

Mudanças econômicas enfrentam desafio da negociação com parlamentares

Flávia Lima

SÃO PAULO O Congresso Nacional terá um papel crucial no andamento das principais propostas econômicas já sugeridas pelo futuro governo de Jair Bolsonaro (PSL) e tidas como fundamentais para destravar a economia e reequilibrar as contas públicas.

Levantamento realizado pela Folha indica que nove das dez principais propostas sugeridas pela equipe capitaneada pelo superministro da Economia, Paulo Guedes, dependem de aprovação dos parlamentares.

O desafio é ainda maior em pelo menos três dessas medidas — os pilares em que devem se assentar as mudanças prometidas por Guedes.

Especialistas consultados dizem que, por mexerem em preceitos constitucionais, a reforma da Previdência, a tributária e a desvinculação do Orçamento só podem ser alteradas por emendas à Constituição, que exigem a aprovação de três turnos das duas Casas, em dois turnos de votação.

A intensa dependência do Congresso acende o sinal amarelo. "Não existe a simplicidade que eventualmente se imagina. A maior parte dos assuntos terá de ser endereçada ao Legislativo e, como é sabido, até para aprovar lei ordinária

[que exige maioria simples de parlamentares] é difícil", diz Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados.

O entendimento é que as medidas são consideradas urgentes, mas a disposição do novo governo em reconstruir toda a articulação com o Congresso torna incerto o ritmo das futuras negociações.

Bolsonaro já disse que sua intenção é dialogar com bancadas temáticas (como a religiosa ou a da saúde), e não diretamente com partidos — de safo considerado ainda maior.

O detalhamento das propostas não é conhecido em profundidade, e idas e vindas marcam a equipe econômica e do futuro presidente.

Algumas medidas já sob o escrutínio do Congresso mostram, porém, que confrontos ou mal-entendidos entre equipe econômica e parlamentares podem não ser incomuns.

Um exemplo nesse sentido são os ajustes para que o leilão do pré-sal saia do papel.

O futuro governo conta com receitas que podem chegar a R\$ 100 bilhões no ano que vem. Esse dinheiro é visto como fundamental para reduzir o déficit primário de 2019, de R\$ 139 bilhões.

Era esperado que o acordo com o Senado fosse fechado na semana passada. A contrapartida era que parte dos recursos fosse destinada pa-

ra estados e municípios por meio de uma medida provisória, o que não ocorreu, impondo dificuldades ao próximo governo, já que o leilão pode ficar para 2020.

Tida como peça-chave para a redução da dívida pública, a venda de estatais também tem de passar pelo Congresso, afirma a advogada Renata Emery, sócia do Brigagão, Duque Estrada, Emery.

Embora Bolsonaro já tenha dito que não vai privatizar as "joias da coroa" (Petrobras, Banco do Brasil e Caixa, por exemplo), não descarta vender empresas menores, como a EPL (empresa do trem-bala).

“ Não existe a simplicidade que eventualmente se imagina. A maior parte dos assuntos terá de ser endereçada ao Legislativo e, como é sabido, até para aprovar lei ordinária é difícil

Luiz Gustavo Bichara
sócio do Bichara Advogados

Nesse grupo estão subsidiárias, como refinarias da Petrobras ou as áreas de seguros ou cartões de bancos públicos. Por "semelhança jurídica", isso também exigiria aprovação do Congresso, diz Emery.

No campo social, Bolsonaro prometeu uma 13ª parcela para o Bolsa Família e a criação da carteira verde e amarela. Segundo Jorge Gonzaga Matsumoto, sócio da área trabalhista do Bichara, o Bolsa Família pode ser regulado por meio de MP ou lei ordinária, já que esses foram os meios usados pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva para implementá-lo.

A nova carteira também pode ser criada via lei ordinária, se a ideia não for criar um novo tipo de trabalhador.

As reformas mais importantes, porém, vão exigir maior sintonia com o Congresso.

Tanto a reforma da Previdência, que prevê o sistema de contas individuais (capitalização) para os novos entrantes e uma nova idade mínima de aposentadoria, quanto as mudanças no Orçamento (que incluem a flexibilização dos gastos obrigatórios, como aqueles com saúde e educação, e a desindexação desses gastos da inflação) exigem emendas à Constituição.

O instrumento demanda 308 votos na Câmara e 49 no Senado, em dois turnos. Por isso, é aquele que corre maior risco de se perder nos escanhões do Congresso Nacional.

Quanto à reforma tributária, Maurício Fregonesi Junior, sócio do Siqueira Castro, e Caio Taniguchi, especialista em Previdência do Bichara, dizem que ela requer emenda porque é a Constituição que estabelece a contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamentos.

Em outra medida prevista, a isenção de IR (Imposto de Renda) para quem ganha até cinco salários mínimos, bastaria lei ordinária.

A única proposta que não precisa do Congresso diz respeito à abertura comercial. Fregonesi diz que alterações de impostos que incidem sobre comércio exterior podem ser feitas por decreto.

Principais propostas econômicas da equipe de transição do governo de Jair Bolsonaro

■ **Nível de complexidade alto:** depende de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição)

■ **Nível de complexidade médio:** depende de projeto de lei (maioria simples no Congresso) ou de medida provisória (ditada pelo governo, precisa ser aprovada pelo Congresso)

■ **Nível de complexidade baixo:** não precisa passar pelo Congresso

Proposta	Como fazer	
Desvinculação e desindexação do Orçamento ↕	Dar mais liberdade ao Orçamento, que hoje conta com um gasto mínimo obrigatório para saúde e educação, corrigido pela inflação	PEC, que exige o voto de 3/5 dos parlamentares em dois turnos
Reforma da Previdência D	Proposta própria prevê regime de capitalização (contas individuais) para novos entrantes	PEC, que exige voto de 3/5 dos parlamentares em dois turnos
Reforma Tributária E	Substituição da contribuição patronal sobre a folha pela contribuição incidente sobre movimentação financeira	Especialistas divergem, mas maioria diz que é preciso uma PEC, que exige o voto de 3/5 dos parlamentares em dois turnos
Leilão do pré-sal E	Permite que outras empresas possam operar em blocos hoje controlados pela Petrobras no pré-sal	Projeto de lei a ser votado no Senado viabiliza o leilão
Privatizações E	Governo fala em privatizar ou liquidar empresas como EPL (do trem-bala) e Valec (que cuida de ferrovias)	Algumas estatais, como a EPL, só podem ter seu controle vendido mediante aprovação em lei
Venda de subsidiárias E	Vender, por exemplo, áreas de bancos públicos não diretamente relacionadas à atividade bancária, como seguros e cartões	Alguns especialistas dizem que precisa de aprovação em lei, como a venda de estatais
Venda de imóveis E	Vender imóveis da União para arrecadar recursos para reduzir a dívida pública	Feito por meio de licitação, também precisa de aprovação do Congresso
13ª para Bolsa Família E	Durante a campanha eleitoral, Bolsonaro prometeu 13º salário para o Bolsa Família	Projeto de lei ou medida provisória
Carteira verde e amarela E	A nova carteira, que existirá juntamente com a atual, vai assegurar apenas direitos constitucionais, como férias remuneradas, 13º salário e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)	Projeto de lei ou medida provisória para alterar a CLT
Redução de tarifas da indústria e abertura comercial gradual E	Abertura comercial cautelosa e feita de forma negociada, sob uma agenda de aumento de competitividade; evita redução de tarifas de comércio sem contrapartidas	Decreto do governo

Governo não pode ter pressa para aprovar reforma da Previdência, afirma Onyx

BRASÍLIA Futuro ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni defendeu nesta segunda-feira (3) que o próximo governo não deve ter pressa para aprovar a reforma da Previdência.

Com o argumento de que os parlamentares que assumem no próximo ano precisam de tempo para adaptação, Onyx evitou se comprometer com um prazo para aprovar mudanças nas aposentadorias e disse que é preciso ter paciência e paciência.

"Temos quatro anos para garantir o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos. Não dá para chegar aterrorizando", disse o futuro ministro.

Onyx afirmou que, "se Deus quiser", a aprovação da medida ocorrerá no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro (PSL).

Uma reforma nas regras de aposentadoria e pensão é considerada por economistas como uma prioridade para ajustar as contas públicas.

Até o momento, contudo, não estão claros os detalhes da proposta que o novo governo deverá apresentar ao Congresso Nacional.

Na semana passada, Bolsonaro chegou a dizer que o governo não pode salvar o Brasil "matando idosos" e disse que a proposta atual, enviada pelo presidente Michel Temer, não é justa.

"Sempre dissemos que queremos apresentar modelo para durar 30 anos. Quem pretende que modelo dure 30 anos e seja implementado gradualmente não pode ter acodamento. Tem muita coisa que podemos fazer para o Brasil voltar a crescer e dando tempo para que Congresso se ajuste", disse Onyx.

O futuro ministro defendeu a introdução do modelo de contas individuais de capitalização — em que cada trabalhador financia sua própria aposentadoria. Esse é o desenho da proposta de governo de Bolsonaro, que não detalhou o tema.

Onyx disse que o governo tem consciência de que fazer uma reforma da Previdência é "bastante transição".

O ministro, que será responsável pela articulação com o Congresso, não deu uma pre-

visão de apresentação do texto pela equipe de Bolsonaro. "A gente tem prazo, não precisa colocar dia 2, 3, 4 de janeiro", disse.

"A nossa dificuldade passa por um Congresso que vem bastante renovado e a gente precisa fazer direito".

Integrantes do governo Bolsonaro já deram sinais divergentes sobre o tema.

Onyx já chegou a questionar o déficit da Previdência e, em 2017, já qualificava a reforma de Michel Temer como "mediocre, pouco inteligente e insuficiente".

Ao explicar como será a relação de nova gestão com o Congresso, o futuro ministro afirmou que o governo vai compreender quando um parlamentar não votar a favor de uma proposta do Executivo por questões pessoais, como as de foro íntimo ou o compromisso com algum segmento específico.

"Não haverá 'forçaço' de barra de quem de tem de entregar voto. Quando dá para votar, ok. Quando não dá, explica", disse ele.

Laís Alegretti, Bernardo Caram e Talita Fernandes

folha.com/saude suplementar2

semináriosfolha
Saúde suplementar 2ª edição

5 de dezembro
Instituto Tomie Ohtake, São Paulo/SP

Um assunto para se examinar de perto.

Confira o que os especialistas têm a dizer sobre a Saúde Suplementar no Brasil, em temas como a ascensão das clínicas populares, o que é responsabilidade dos planos e do Estado, limites de modelos de coparticipação e franquia, e muito mais. Participe e ganhe uma boa dose de informação.

Seminários Folha. O Brasil precisa ser discutido.

Ingressos gratuitos.
VAGAS LIMITADAS. ACESSO EVENTOS.FOLHA.COM.BR E CADASTRE-SE.

Patrocínio: Qualicorp
Sempre do seu lado.

Apoio: anab
Associação Nacional de Administradores de Empresas

Realização: FOLHA
NÃO DÁ PARA VER SEM

“Siga folha”
• Caderno especial com cobertura do evento.
• Vídeos e reportagens no site da Folha.

Realização: FOLHA
NÃO DÁ PARA VER SEM